

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE MARGINALIDADE SOCIAL

Walter Arno Pichler

Economista, Mestrado em Sociologia pelo Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Técnico da
Fundação de Economia e Estatística.

I — Algumas Questões sobre Marginalidade

O estudo da realidade social brasileira, principalmente na perspectiva da demografia, urbanismo e emprego tem, respectivamente, assinalado a intensificação da urbanização, as altas taxas de crescimento da população nas cidades em relação ao crescimento da população total e o intenso crescimento do Setor de Serviços com a proliferação de um sem número de ocupações de baixíssima produtividade. Por outro lado, estatísticas assinalam a proliferação de favelas, o aumento do número de menores abandonados, a grande pobreza existente em torno (e dentro) das grandes cidades e o aumento da criminalidade. E, entre esses aspectos, é comum estabelecer-se uma relação de causa e efeito, ou seja, a intensa migração rural-urbana, diante da incapacidade da indústria em gerar empregos, leva à crescente marginalização da população. E mais, dado os efeitos maléficos da marginalidade sobre a estrutura social, impõe-se a necessidade de organizar programas públicos e privados, que visem à integração social dessas populações. Com essa finalidade estruturam-se planos que pretendem dinamizar setores econômicos para ampliar o mercado de trabalho, promovem-se planos habitacionais para populações de baixa renda, organizam-se diversos serviços sociais que objetivem a ressocialização das populações na periferia dos grandes centros, e outros. Paralelamente, com vistas a estancar ou pelo menos reduzir o fluxo migratório rural-urbano (das populações), concebem-se soluções que devem reter as populações nas áreas de origem.

Certamente, a maioria das análises e dos programas é motivada pela melhor das intenções. Contudo, em muitos casos, os resultados das intervenções têm-se mostrado pouco eficazes em relação ao gigantismo da tarefa e grande número de análises e estudos tem contribuído relativamente pouco para que se avance no conhecimento do assunto e na proposição de melhores soluções. Isso se deve, princi-

palmente, ao enfoque subjacente a certos trabalhos que permanecem na análise das manifestações mais aparentes da questão, não se apercebendo de suas causas menos visíveis mas que condicionam o conjunto da dinâmica do sistema.

Examinando mais detidamente certos trabalhos que diagnosticam a marginalidade social percebe-se que, por um lado, tendem a identificar corretamente as causas imediatas e seus efeitos, mas, no entanto, evitam situar o processo dentro de um contexto global.

Assim, por exemplo, é correto afirmar que existe uma relação entre migração rural-urbana, urbanização e marginalidade. Mas esses fenômenos devem ser apreendidos de uma maneira mais ampla, relacionando-os devidamente com a dinâmica do capitalismo. Isso requer a superação das análises que setorizam a problemática. O processo de acumulação do capital tem profundas repercussões sobre a estrutura social e os movimentos populacionais. É a dinâmica da acumulação que condiciona a sociedade e não o contrário. É importante reter essa noção para não cair numa ingenuidade em termos de diagnóstico e não propor soluções demasiadamente simplificadoras.

Na literatura sociológica, a marginalidade tem sido interpretada de várias maneiras e sob diversos ângulos. Assim, podem-se distinguir teorias que explicam a marginalidade a partir do enfoque psicológico, centrado no indivíduo, que acentuam o conflito de valores e padrões de conduta e as barreiras que, a partir dos mesmos, se colocam à plena integração social.¹

Outras explicações afirmam que a integração não se verifica devido à existência de barreiras sociais impeditivas e que se situam no plano dos valores e padrões de conduta dos grupos que compõem a estratificação social. A inaceitação de um grupo por parte de outro, que já possui uma posição consolidada na estratificação social, geraria a marginalização daqueles que aspirassem a ocupar um lugar no mesmo estrato.²

Outro enfoque é o que afirma que a marginalidade é gerada em virtude de incongruência de status. Parte-se da idéia de que a estrutura social compõe-se de diversas hierarquias (renda, ocupação, status etc.) e entre as quais se poderá verificar defasagens no sentido de que o indivíduo, pertencente a um determinado grupo social, pode, por exemplo, em termos de status, se situar numa posição inferior ao que sugere sua posição relativamente a seu grupo de referência positivo, ou seja, aquele grupo ao qual desejaria pertencer. Verificar-se-ia, nesse sentido, marginali-

¹ Alguns dos representantes desta corrente são: PARK, Robert E. **Human migration and the marginal man**. [s.n.t.] apud STONEQUIST, Everett V. **O homem marginal**. São Paulo, Martins, 1948.

STONEQUIST, Everett V. **O homem marginal**. São Paulo, Martins, 1948.

² Esta concepção tem seu representante em: MERTON, Roberto K. **Social theory and social structure**. New York, Free Press, 1949. cap.2.

dade parcial, sendo que a marginalidade pode ser total quando o indivíduo não atinge, em nenhuma das hierarquias sociais, a posição do seu grupo de referência. Nessa concepção, a marginalidade é concebida como um corte vertical em toda a estrutura social. Indivíduos da classe alta podem se sentir tão marginais quanto os da classe baixa.³

Há também os que, como Oscar Lewis, realizaram o estudo da marginalidade como entidade isolada. A marginalidade, ou melhor, os grupos marginais, para Lewis, formam uma subcultura com características sócio-culturais distintas da sociedade global.⁴

Talvez o traço mais comum em todas as teorias acima descritas seja o fato de isolarem o fenômeno do contexto social mais amplo. Em todas, a marginalidade encontra sua explicação seja ao nível individual, seja ao nível grupal, mas sempre dissociada dos processos e da estrutura social que estão em sua origem. Poder-se-ia aprofundar ainda mais a crítica a essas concepções, mas esse não é o propósito deste trabalho. Importa reter apenas que essas explicações e definições de marginalidade em muito pouco avançam no sentido de uma interpretação mais ampla, porque não relacionam os fenômenos em termos de sociedade capitalista, cuja dinâmica é ditada pela acumulação do capital. Estudar a marginalidade sem inseri-la dentro do processo produtivo é não apreender os seus aspectos essenciais.

Um outro conjunto de explicações da marginalidade social é o que se apóia na Teoria da Modernização e que produziu um conjunto de obras muito em voga atualmente na América Latina. Como também não é do propósito deste trabalho discutir com maior profundidade e detalhes esta obra, pretende-se discutir apenas algumas de suas questões mais importantes.

Segundo essas teorias, a marginalidade caracteriza-se pela falta de participação de parcela da população na sociedade, enquanto rede de recursos e benefícios e enquanto rede de decisões. Ou seja, caracteriza-se por dois componentes básicos: a exclusão dos benefícios inerentes a uma sociedade industrial e a não participação no aparelho institucional em que as decisões são tomadas. E isso ocorreria devido à fraca organização política dos grupos marginalizados no sentido de reivindicar maior participação no produto social.

³ Baseado nas obras de: LENSKEY, Gerhard E. Status crystallization: a nonvertical dimension of social status. *American Sociological Review*, Washington, American Sociological Association, 19(1):405-13, 1954.

GERMANI, Gino. *Consideraciones ideológicas y teóricas sobre la marginalidad urbana en América Latina*. [s.l.] Harvard University, 1972. (mimeo)

⁴ Consultar em: LEWIS, Oscar. *Antropologia de la pobreza: cinco familias*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1961.

LA VIDA: a puerto rican family in the culture of poverty. New York, Vintage Books, 1965.

THE CULTURE of poverty. *Scientific American*, [s.l., s.d.] 15(4) out. 1966.

Nas origens deste pensamento está a idéia de que o sistema social tende para o equilíbrio, que o sistema desenvolve funções que o mantêm ordenado. No avanço histórico da sociedade "arcaica" para a "moderna", a tendência seria a estruturação de uma sociedade aberta na qual as desigualdades sociais fossem paulatinamente desaparecendo com a extensão da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais. Isso implicaria a abertura de canais para a ampla mobilidade social e uma distribuição mais equitativa da riqueza. O marginal é concebido em oposição ao integrado; é a persistência do tradicional ao lado do moderno. Constitui-se, enfim, numa disfunção do sistema. O pólo tradicional deve, na dinâmica do processo, ser integrado ao pólo industrial moderno do sistema como condição da estabilidade e persistência do mesmo.⁵

O que de início chama a atenção nessas teorias é que elas não permitem entender porque a marginalidade persiste e aumenta à medida que se desenvolvem as economias latino-americanas. Isso acontece sobretudo porque não estabelecem relações estruturais entre o marginal e o integrado. Esses trabalhos, em geral, não retêm o aspecto essencial da questão: o processo de acumulação do capital. É somente a partir desta ótica que se pode entender, adequadamente, a marginalidade social. A história da América Latina demonstra que a integração não é uma consequência necessária do desenvolvimento. Ao contrário, o desenvolvimento econômico na Região implica a não incorporação de parcela da população aos benefícios do crescimento. Historicamente, no capitalismo, o processo de acumulação do capital em escala ampliada produz uma superpopulação relativa, um excedente populacional, que cumpre um papel muito importante na dinâmica do sistema capitalista. Este é o ponto essencial que cabe reter para não cair em abordagens subjetivistas que imputam à situação psicológica dos indivíduos a sua não integração plena na

⁵ Entre os autores representantes desta corrente poderiam ser citados: VEKEMANS, Roger & VENEZAS, Ramon. *Marginalidad, incorporación y integración*. Santiago, DESAL, 1966. (mimeo)

———. *Marginalidad y pleno empleo*. Santiago, [s.ed.] 1970. (mimeo)

HACIA la superación de la marginalidad — algunas sugerencias: estudios preliminares. Santiago [s.ed.] 1969. (mimeo)

LA REVOLUCIÓN Latinoamericana. Buenos Aires, Troquel, [s.d.]

Sobre a Teoria da Modernização existe uma vasta literatura. Entre alguns dos autores mais conhecidos estão: APTER, David. *Estudios de la modernización*. Buenos Aires, Amorrortu, 1970.

HOSELITZ, Bert F. & MOORE, Wilbert E. *Industrialization et société*. Mouton [s.ed.] 1963.

WIRTH, Louis. Urbanism: a way of life. *The American Journal of Sociology*, [s.n.t.] 44(1) jul.1938.

THE URBAN society and civilization. *The American Journal of Sociology* [s.n.t.] 44(5) mar. 1940.

estratificação social ou, então, a fatores de ordem psicossocial, quando se trata de conflitos intergrupais. É possível que esses fatores existam e que desempenhem o seu papel, mas é necessário referi-los aos processos macroestruturais da sociedade que condicionarão o aparecimento dos mesmos. É necessário penetrar mais nos mecanismos fundamentais da sociedade capitalista para não cair numa crença ingênua, esperando que os frutos do progresso estejam, em algum momento do futuro, automaticamente ao alcance de todos.

Tudo isso significa que o estudo da marginalidade, a exemplo de outros, deve percorrer outros caminhos. Lúcio Kowarick, em seu excelente trabalho sobre o assunto, fornece uma pista para um redirecionamento dos estudos quando afirma que a marginalidade deve ser caracterizada como modo de inserção nas estruturas de produção. Afirma ainda que a marginalidade não é o resultado das disfunções do sistema, senão resultado das estruturas societárias de caráter global, as quais trazem em seu âmago um conjunto de contradições cujas expressões são múltiplas e, dentre essas, a própria marginalidade.⁶

Percebe-se, neste enfoque, um outro tratamento da questão que permite articular a marginalidade com os processos sociais globais, privilegiando seu tratamento sob o ponto de vista do processo produtivo. Sua caracterização como sub-consumo, pobreza, falta de integração social e assim por diante, assume um papel secundário porque não são esses aspectos que explicam a marginalidade, senão, pelo contrário, é o processo social global que os explica. É o processo de desenvolvimento econômico que gera uma estrutura produtiva dentro da qual se inserem de forma peculiar os grupos marginais, e essa forma de inserção determinará, fundamentalmente, o acesso à riqueza social.

II – A Marginalidade como Forma de Inserção no Processo Produtivo

A formulação do conceito de marginalidade como forma de inserção no processo produtivo indica uma outra postura diante da problemática que reconhece a importância dos processos econômicos na determinação do fenômeno. Concentra o foco de análise na dinâmica da sociedade capitalista, mais especificamente na divisão social do trabalho e das categorias ocupacionais que dentro dela se articulam. Partindo deste ponto de vista, a marginalidade passa a ser caracterizada através de um conjunto de categorias ocupacionais que desempenham determinados papéis no processo de acumulação do capital.

Esse procedimento permite que se avance além das posturas que percebem a marginalidade como disfunção, ou um desvio dentro do sistema na passagem da

⁶ KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p.19, 55.

sociedade arcaica para a moderna; enfim, algo a ser ultrapassado quase que como uma decorrência natural do desenvolvimento. Na acepção aqui utilizada, contudo, a marginalidade faz parte da dinâmica do sistema capitalista e assim deve ser entendida. Ou seja, a marginalidade não é um fenômeno isolado cujas causas não estejam ligadas aos processos fundamentais que regem o desenvolvimento econômico. Ao contrário, as mesmas leis que regem o desenvolvimento são as que produzem a marginalidade. E mais, como conjunto de atividades econômicas, participam diretamente do processo produtivo. Não há, pois, oposição entre marginalidade e sociedade global, senão que constituem partes diferenciadas do mesmo todo.

Dentro dessa concepção, a marginalidade não mais se caracteriza pelo lado do consumo, ou seja, através da renda mensal obtida pelos indivíduos, do tipo de casa que habita, do consumo alimentar e outros. Esses indicadores de marginalidade passam a ser secundários dentro do esquema explicativo que enfoca pelo lado da inserção no processo produtivo, pois através deles não se captam os aspectos essenciais da problemática. O fundamental são as atividades econômicas que os indivíduos desenvolvem, isto é, a forma pela qual se inserem na divisão social do trabalho e é esta que determina o acesso ao consumo.

No que se diferenciam, portanto, e como se caracterizam as formas de inserção marginal no processo produtivo das demais formas de inserção? Basicamente, através das relações de produção que se estabelecem e do tipo de atividade que desenvolvem. As formas marginais dificilmente permitem que sejam classificadas como tipicamente capitalistas. Correspondem mais propriamente a atividades que constituem reminiscências de setores produtivos "arcaicos" e/ou de novas atividades, mas que tampouco poderiam ser classificadas de especificamente capitalistas. De acordo com Lúcio Kowarick⁷, as primeiras atividades correspondem ao artesanato urbano e à indústria e domicílio, enquanto que as demais, às ocupações autônomas do Setor Terciário da economia. Ainda pode-se acrescentar a essa lista a agricultura de subsistência.

O setor marginal pode ser considerado como não tipicamente capitalista, dadas as características de sua organização econômica em função das relações de produção que se estabelecem e pelas especificidades de suas unidades produtivas. As relações de produção capitalistas, na empresa, supõem a existência de empregadores e empregados, entre os quais se estabelecem relações de assalariamento — fato que não ocorre nas atividades artesanais, na indústria a domicílio e também nas demais pertencentes a este grupo. Em relação às especificidades das unidades produtivas marginais bastaria ressaltar que operam, geralmente, em bases tecnológicas arcaicas, apresentando índices de baixíssima produtividade, além de apresentarem níveis mínimos de capitalização, podendo até mesmo exercer suas atividades fora das normas legais vigentes.

⁷ Ibidem, p.86-90.

A ausência de características capitalistas nas atividades marginais não pode levar a concluir a inexistência de laços com o setor capitalista propriamente dito. Ao contrário, faz parte do modo de produção capitalista nos países não desenvolvidos a manutenção de formas “tradicionais” de produção, bem como a criação de novas relações de produção “arcaicas” que o capitalismo articula ao processo de acumulação do capital e dos quais se alimenta. Dentre as primeiras podem-se relacionar as economias de subsistência, o artesanato rural e urbano e a indústria a domicílio. Nestas atividades, os indivíduos são proprietários de seus instrumentos de produção, a tecnologia é rudimentar, o nível de capitalização é baixo e o fator trabalho mal chega a ser remunerado, não havendo, rigorosamente, a existência de patrões e assalariados. Há também, intensamente, o concurso da mão-de-obra familiar. As novas relações de produção “arcaicas” compreendem as ocupações autônomas do comércio de mercadorias, os pequenos serviços de reparação e manutenção e empregos domésticos remunerados, os desempregados e inativos e as várias formas de subemprego e trabalhadores ocasionais e intermitentes. O desempenho de tarefas constitui parte deste conjunto de atividades e se caracteriza pela pouca ou nula especialização, pelo transacionamento de bens e serviços a baixos preços e jornadas de trabalho incompletas. Por outro lado, constituem atividades nas quais a força de trabalho participa de forma intermitente, sendo absorvida e rejeitada segundo as oscilações dos ciclos econômicos.⁸

As diversas categorias de trabalhadores marginais, enumeradas para efeitos deste trabalho, integram, na classificação de setores produtivos utilizada por Paul Singer, a do Setor Autônomo, excetuando-se a agricultura de subsistência que integra o Setor de Subsistência.⁹ Posteriormente, esses setores virão a ser mais detalhadamente analisados.

A marginalidade, apesar de ser um fenômeno típico dos países não desenvolvidos, não deixa de apresentar, com relação aos desenvolvidos, similaridades à medida que se constitui produto do próprio sistema e à medida que desempenha um papel dentro do processo de acumulação. As leis que regem o desenvolvimento do capitalismo são as mesmas em todas as partes. Apresentam, no entanto, particularidades em virtude das características das diferentes economias. Por isso pode-se falar na existência da marginalidade nos países não desenvolvidos, ao passo que nos outros esse fenômeno não ocorre com a mesma intensidade. O setor marginal representa, fundamentalmente, uma população não absorvida nos setores produtivos capitalistas. A existência de um excedente populacional (relativo) é um fenômeno que faz parte da natureza do capitalismo, constituindo-se numa das leis de seu desenvolvimento, ou seja, o processo de acumulação do capital produz um exército industrial de reserva.

⁸ Ibidem, p. 60-1, 86.

⁹ SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. São Paulo, HUCITEC, 1977.

A noção de exército de reserva pode auxiliar a conceber a marginalidade como produto do desenvolvimento econômico e compreender a sua função dentro deste processo.

Cunhado por Marx¹⁰, o conceito de exército de reserva se refere a uma população "sobrante" que é produzida, principalmente, pelas inovações técnicas introduzidas no processo produtivo. À medida que cresce a riqueza social há também um aumento na quantidade demandada de força de trabalho, porém em proporções decrescentes relativamente à rapidez do incremento tecnológico no processo de produção.

A lei geral da acumulação consistiria em que, com o aumento da riqueza social, se produziria, concomitantemente, uma superpopulação relativa que funcionaria como alavanca do processo de acumulação. Isso se daria em dois sentidos: primeiramente, servindo como reserva de força de trabalho nos momentos de expansão do sistema, e de "depósito" de fatores ociosos nos momentos de retração da atividade econômica. Por outro lado, o exército de reserva funcionaria também como elemento regulador dos salários da força de trabalho incorporada às atividades especificamente capitalistas. Em outros termos, a excessiva oferta de força de trabalho pressionaria a parcela empregada nas atividades capitalistas a se submeter a determinados níveis salariais.

Marx observa que se estabelece uma relação pendular entre o exército de reserva e a expansão da atividade produtiva. À medida que esta última cresce, incorpora-se mais força de trabalho ao processo de produção que tem como consequência a redução da mão-de-obra "sobrante" e o aumento dos salários. Esse movimento tende a ir até um ponto em que se desencadeia uma crise na economia, pelo aumento dos custos de produção, que tende a ser solucionada mediante a introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo. Essas inovações, por sua vez, têm a propriedade de elevar, consideravelmente, a produtividade sem provocar uma correspondente elevação do nível do emprego, o que significa que aumenta novamente o volume da mão-de-obra "sobrante".

As diversas modalidades do exército de reserva, conforme Marx, são as seguintes: "A primeira, a 'flutuante', nos seus aspectos essenciais diz respeito aos movimentos de expansão-retração do sistema econômico que tem como corolário a incorporação ou repulsão de trabalhadores. A 'latente' origina-se com o processo de penetração do capitalismo no campo, liberando a mão-de-obra rural que fica disponível a ingressar nas fileiras do proletariado urbano-industrial. A 'estagnada' engloba a mão-de-obra cuja condição de ocupação é totalmente irregular, caracterizada entre outros, pelo mínimo de salários e máximo de trabalho. De modo particular aí se encontram os que se tornaram supérfluos para a grande indústria e agricultura ou

¹⁰ MARX, Carlos. *El capital: crítica de la economía política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1975. cap. 23, v.1.

aqueles que provêm de ramos em decadência. Resta ainda mencionar a parcela da superpopulação marcada pela indigência e pauperismo: reúne, além das ocupações não sancionadas, tanto os aptos como os incapazes para o trabalho, e os órfãos e os filhos de indigentes.¹¹”

Existe uma grande controvérsia entre diversos autores sobre a validade da utilização do conceito de exército de reserva para a realidade do capitalismo monopolista. Desde a época em que foi estudado pelos autores clássicos até hoje, o capitalismo teria passado por grandes transformações. No capitalismo monopolista o exército de reserva já não mais cumpriria as mesmas funções desempenhadas na fase do capitalismo concorrencial. O exército de reserva já não teria mais o papel de regulador dos salários da parcela da força de trabalho empregada nas grandes empresas monopolistas. Nesse sentido, a posição tomada neste trabalho — que não tem o propósito de aprofundar a discussão desta controvérsia — é a de que, admitindo que o exército de reserva pode não ter mais a mesma força com relação a uma pressão sobre os salários do setor monopolista, exerce porém perfeitamente este papel junto aos demais setores não monopolistas dos quais direta e indiretamente dependem aqueles. No entanto é bom lembrar que entre a existência do exército de reserva e salários não existe uma relação direta e mecânica. Os outros fatores intervenientes na fixação dos salários são a intervenção do Estado e o grau de organização política da classe trabalhadora, entre outros.

Quanto ao papel de reserva de força de trabalho para os momentos de expansão do sistema e de “depósito” de fatores ociosos nos momentos de depressão econômica, parece haver consenso entre os autores.

Com relação às modalidades do exército de reserva, os autores, tal como José Nun¹², que discutem a validade da aplicação deste conceito ao capitalismo moderno não concordam com essa classificação. Diferenciam o exército de reserva — que para Marx seria o conjunto da população “sobrante” — de uma “massa marginal” cuja característica seria a impossibilidade absoluta de vir, em algum momento, a ser incorporada ao processo produtivo. Esta distinguir-se-ia do exército de reserva por não ter possibilidades de até mesmo desempenhar o papel deste no processo produtivo. Seria, por assim dizer, a “sobra” da população “sobrante”. Seria uma população disfuncional ao sistema em oposição ao exército de reserva que desempenharia um papel funcional dentro do mesmo.

Neste trabalho, sustenta-se que a marginalidade desempenha o papel de exército de reserva e que a distinção de uma massa marginal afuncional para o sistema constitui, certamente, um equívoco. O capitalismo, desde os seus primórdios, produziu sempre grandes excedentes populacionais. Tal é o caso da Europa, berço da

¹¹ KOWARICK, Lúcio, op.cit. nota 6, p.18.

¹² NUN, José. *Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal*. In: PEREIRA, Luiz, org. *Populações “marginais”*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.

industrialização, que conheceu situações de extrema penúria e épocas de intensa agitação social em função da superpopulação produzida pela expansão do capitalismo no século passado. Parte desta superpopulação, nesse Continente, emigrou para as Américas. Isso significa que o "excedente excessivo" da população não é peculiaridade do capitalismo monopolista.

Quanto às modalidades do exército de reserva propostas por Marx, de certa maneira se aproximam das categorias de trabalhadores marginais, identificáveis, hoje, na realidade dos países não desenvolvidos, havendo, no entanto, necessidade de examiná-las mais detidamente dentro do contexto dessas economias.

Além dos papéis, enquanto exército de reserva, acima mencionados, a marginalidade pode cumprir, também, outra grande função dentro do processo produtivo: a de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. Isso verifica-se em dois sentidos: em primeiro lugar, pela produção de bens e serviços de baixo preço, consumidos pela classe trabalhadora; em segundo lugar, um rebaixamento do custo de reprodução ocorre à medida que os setores marginais demandam custos urbanos diminutos, o que se verifica com um relativamente baixo consumo das infra-estruturas urbanas: saneamento, energia elétrica, educação e outros serviços urbanos. Pode também ser verificado no tipo e na maneira como são construídas as habitações nos subúrbios pobres das grandes cidades.

A produção barata de bens e serviços e o baixo consumo dos serviços urbanos podem contribuir, embora de forma indireta e não fundamental, para a concentração do capital à medida que este direciona seus recursos, predominantemente, para os setores estratégicos da economia. Isso ocorre em função de uma abundante oferta de mão-de-obra que favorece a expansão de serviços de baixa capitalização no Setor Terciário da economia. É o caso do comércio ambulante, dos serviços de lavagem de automóveis realizados braçalmente, das pequenas oficinas de consertos e assim por diante. Essas formas de inserção marginal podem ser altamente funcionais ao sistema. Os ambulantes, por exemplo, participam amplamente no processo de realização da produção com a venda de produtos produzidos pelas empresas; agem, em última análise, como se fizessem parte da rede de comercialização dessas empresas. É também o caso do trabalho por empreitada que serve para rebaixar o "custo do emprego" das firmas. As empresas podem, através da contratação de serviços, sem o estabelecimento de vínculos empregatícios, livrar-se dos "encargos sociais" que elevam o custo do emprego.

Até aqui caracterizou-se a marginalidade enquanto forma de inserção no processo produtivo, e também se examinaram os papéis que o setor marginal desempenha no processo de acumulação do capital. Pretende-se verificar, agora, como se articula a marginalidade ao setor capitalista, propriamente dito, nas diversas fases do ciclo econômico.

As sociedades não desenvolvidas compõem-se de setores produtivos diferenciados do ponto de vista da análise do emprego. No centro, comandando o processo produtivo, está o setor propriamente capitalista, o Setor de Mercado. A ele se ligam todos os demais setores produtivos (Atividades Governamentais, Setor Autônomo e

Setor de Subsistência) e, através desta ligação, transmite os movimentos do processo de acumulação a toda a sociedade.

A economia capitalista está sujeita aos ciclos de conjuntura. Nas fases de crise e depressão, quando há uma retração da atividade econômica, ou seja, quando se verifica uma queda da demanda efetiva, uma redução dos preços, uma diminuição do nível de atividade (dos níveis de emprego e da utilização da capacidade etc.), aguça-se a competição que afeta, principalmente, as pequenas empresas e parcelas do Setor Autônomo. Parte da força de trabalho repelida do Setor de Mercado é absorvida pelo Setor de Subsistência e a outra parcela é integrada em precárias atividades por conta própria. Nas fases de ascensão econômica, verifica-se uma expansão do emprego no setor capitalista, cuja mão-de-obra é recrutada junto aos outros setores não tipicamente capitalistas, além de ser igualmente ativado o emprego nos demais setores não capitalistas.

É no setor de Subsistência e no Setor Autônomo que se localizam os trabalhadores marginais. A sua existência, expansão e retração estão intimamente associadas aos movimentos da acumulação.

O Setor de Subsistência é definido como sendo composto por pequenos estabelecimentos agrícolas ou extrativos, cujo produto se destina, predominantemente, ao autoconsumo. "O que caracteriza as unidades do Setor de Subsistência é que, apesar de estarem ligadas ao mercado, elas podem prescindir dos produtos que adquirem, mediante a venda de seu próprio produto, sem que sua subsistência básica seja afetada."¹³

O Setor de Subsistência se estrutura em áreas de agricultura capitalista decadente ou então em faixas ainda não atingidas pela lavoura capitalista. À medida que esta se expande para novas fronteiras, tende a incorporar os setores de subsistência ali existentes para, posteriormente, com o avanço da fronteira agrícola e decadência econômica de faixas anteriormente cultivadas, recriá-las na sua retaguarda. Essa seria uma tendência observável de relação entre o Setor de Mercado e o Setor de Subsistência. A expansão do primeiro não implica, necessariamente, o desaparecimento do outro num sentido absoluto, mas, pelo contrário, na sua destruição e recriação.

A população estabelecida neste setor pode ser transformada em mão-de-obra para as atividades capitalistas no campo e na cidade nos momentos de expansão do sistema.

O Setor Autônomo é definido "como sendo aquele composto por empreendimentos individuais cujo produto se destina ao mercado (. . .) Compõe-se predominantemente de: a) explorações camponesas; b) unidades de comércio varejista;

¹³ SINGER, Paul, op.cit., nota 9, p.87.

c) unidades de prestação de serviços; d) artesãos e indústrias domésticas; e) profissionais liberais; f) 'lumpen' (mendigos, prostitutas, delinqüentes).¹⁴”

As flutuações do emprego no Setor Autônomo são muito dependentes dos movimentos do Setor de Mercado. As ocupações pouco penetradas pela atividade capitalista e os setores satélites desta — áreas cuja produtividade, pela tecnologia disponível, ainda não são desenvolvidas empresarialmente — estão sob constante ameaça de sofrerem a concorrência capitalista e desaparecerem enquanto tais. Quanto às atividades de ínfimos níveis de produtividade, se expandem nos momentos de crise do sistema e se reduzem nos momentos de expansão.

A configuração da marginalidade, na análise de uma situação concreta, por depender do processo de acumulação do capital, não pode prescindir de seu estudo sob o ponto de vista histórico. Somente dessa maneira é que se poderá apreender o fenômeno em sua dinâmica e compreender o significado da expansão e/ou aparecimento e desaparecimento de certas categorias ocupacionais ou dos setores que definem a marginalidade.

A análise histórica deverá reconhecer as transformações sofridas pela estrutura produtiva ao longo do tempo, o que significa, antes de tudo, estudá-la enquanto divisão social do trabalho cuja forma é determinada, fundamentalmente, pelo processo de acumulação do capital. Cada fase do processo de acumulação condicionará o surgimento e a articulação de diferentes expressões da marginalidade.

III — Conclusão

A principal preocupação deste trabalho foi a de sintetizar e reunir algumas das principais abordagens da marginalidade social. A partir de sua crítica optou-se por aquela que define a marginalidade como forma de inserção no processo produtivo.

Ao contrário das teorias convencionais, que estudam o fenômeno do ponto de vista psicossocial, ou das que consideram a marginalidade ora como fenômeno isolado, ora como disfunção do sistema, analisar a problemática do ângulo da inserção no processo produtivo implica concebê-la como produto da sociedade capitalista.

O critério que define a marginalidade como forma de inserção no processo produtivo permite distinguir duas vias através das quais os trabalhadores obtêm seus meios de subsistência: mediante a venda de força de trabalho no mercado e através de outras maneiras, como a produção e venda de mercadorias, a produção de valores de uso doméstico, a prestação de serviços e outros. No primeiro caso, a venda de força de trabalho caracteriza atividades especificamente capitalistas, enquanto que as demais atividades costumam ser classificadas como não especificamente capitalis-

¹⁴ SINGER, Paul, op.cit., nota 9, p.79.

tas. No setor capitalista, integra-se a parcela ativa da força de trabalho, enquanto que, naquele, não especificamente capitalista, se integra a parcela da força de trabalho excedente, que desempenha papel de exército industrial de reserva.

Enquanto exército de reserva, a marginalidade exerce alguns papéis fundamentais no processo de acumulação de capital, tais como: manter uma reserva de força de trabalho para o capital e agir como fator de regulação dos salários da parcela ativa da mão-de-obra no setor especificamente capitalista.

A parcela da população não integrada nas atividades especificamente capitalista, a mão-de-obra excedente gerada pelo sistema, obtém seus meios de vida exercendo ocupações no setor autônomo e no setor de subsistência. O volume de emprego nestas atividades depende, fundamentalmente, das oscilações da atividade econômica do setor tipicamente capitalista nas diferentes etapas da acumulação do capital. Depende do modelo de acumulação estruturado numa economia, das flutuações conjunturais da atividade econômica, da intervenção do Estado na área do mercado de trabalho e nas áreas sociais propriamente ditas (educação, saúde, previdência e outras), bem como do nível de organização política das classes subalternas, entre outros fatores.

Com essa perspectiva de análise é que se pode passar a entender a marginalidade como manifestação do capitalismo em países não desenvolvidos, em suas dimensões históricas concretas.

O estudo da marginalidade dentro da perspectiva que se procurou discutir neste trabalho ainda se constitui num campo em aberto. Diversos são os autores que têm produzido obras dentro desta linha, mas continua existindo um imenso campo de pesquisa não explorado que envolve a solução de problemas teóricos e também a coleta de material empírico.

O exame do presente trabalho permite reconhecer que a tarefa envolve o tratamento de questões teóricas e conceituais. A redefinição do conceito de marginalidade, na perspectiva do conceito de exército industrial de reserva, requer a utilização de um outro escopo teórico que transcenda a visão tradicional acerca do tema, o que tem como decorrência caracterizar o fenômeno da marginalidade e entender os seus papéis dentro do sistema social de uma nova maneira. Com isso também se redefine o instrumental utilizado para a sua mensuração.

A marginalidade passa a ser empiricamente constatada não mais como pobreza, favelas, mendicância, enfim como um conjunto de manifestações observáveis pelo lado do consumo, porém como forma de inserção no processo produtivo, isto é, como conjunto de ocupações integradas em setores produtivos, cujas atividades não fazem parte do setor especificamente capitalistas.

IV -- Bibliografia

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.

- HOFFMANN, Helga. **Desemprego e subemprego no Brasil**. São Paulo, Ática, 1977. (Ensaio, 24).
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- MARX, Carlos. **El capital: crítica de la economía política**. México, Fondo de Cultura Económica, 1975.
- NUN, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: Pereira, Luiz, org. **Populações "marginais"**. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo, Brasileira de Ciências [s.d.] (Estudos Cebrap, 2).
- . **A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital**. São Paulo, Brasileira de Ciências, [s.d.] (Estudos Cebrap, 16).
- . **O terciário e a divisão social do trabalho**. São Paulo, Brasileira de Ciências [s.d.] (Estudos Cebrap, 24).
- PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo, Símbolo, 1978.
- SALAMA, Pierre & VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- SINGER, Paul. **A economia dos serviços**. São Paulo, Brasileira de Ciências [s.d.] (Estudos Cebrap).
- . **Economia política do trabalho**. São Paulo, HUCITEC, 1977.